



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA
IV Concurso Público para provimento de cargos de
Juiz de Direito Substituto

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-0001-001

Nº de Inscrição
MODELO

Prova Objetiva

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta, nem o uso de máquina calculadora.
- Você terá 4 horas para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

<p style="text-align: center;">DIREITO CONSTITUCIONAL</p> <p>1. Nascido em dezembro de 2007, na França, filho de pai brasileiro e mãe argelina, João é registrado em repartição consular brasileira sediada naquele país. Nessa hipótese, nos termos da Constituição da República, João</p> <p>(A) é considerado brasileiro nato.</p> <p>(B) será considerado brasileiro nato se vier a residir no Brasil e optar, a qualquer tempo, pela nacionalidade brasileira.</p> <p>(C) será considerado brasileiro naturalizado, desde que venha a residir por quinze anos ininterruptos no Brasil e não sofra condenação penal.</p> <p>(D) será considerado brasileiro naturalizado se, na forma da lei, vier a adquirir nacionalidade brasileira.</p> <p>(E) não será considerado brasileiro.</p>	<p>3. Relativamente aos militares dos Estados, prevê a Constituição da República que</p> <p>(A) a categoria é integrada pelos membros das Polícias Militares, dos Corpos de Bombeiros Militares e das Forças Armadas lotados em serviços estaduais.</p> <p>(B) a eles não se aplicam as condições de elegibilidade previstas para os militares da União que contem com mais de dez anos de serviço.</p> <p>(C) cabe à lei estadual específica dispor, entre outros assuntos, sobre seus direitos, deveres, remuneração e prerrogativas.</p> <p>(D) se lhes aplicam as mesmas regras que aos servidores civis quanto à contagem de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, mas não quanto a tempo de serviço para fins de disponibilidade.</p> <p>(E) a seus pensionistas aplica-se o que for fixado em lei federal específica.</p>
<p>2. Considere os seguintes dispositivos da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001, que estabelece o Estatuto da Cidade:</p> <p>"Art. 5º Lei municipal específica para área incluída no plano diretor poderá determinar o parcelamento, a edificação ou a utilização compulsórios do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, devendo fixar as condições e os prazos para implementação da referida obrigação. (...)</p> <p>§ 5º Em empreendimentos de grande porte, em caráter excepcional, a lei municipal específica a que se refere o caput poderá prever a conclusão em etapas, assegurando-se que o projeto aprovado compreenda o empreendimento como um todo.</p> <p>(...)</p>	<p>4. Existindo comprovada controvérsia constitucional sobre dispositivo de lei estadual anterior à Constituição da República, detém o Governador do Estado legitimidade para propor, perante o Supremo Tribunal Federal,</p> <p>(A) ação direta de inconstitucionalidade.</p> <p>(B) arguição de descumprimento de preceito fundamental.</p> <p>(C) ação declaratória de constitucionalidade.</p> <p>(D) mandado de injunção.</p> <p>(E) mandado de segurança.</p>
<p>Art. 7º Em caso de descumprimento das condições e dos prazos previstos na forma do <i>caput</i> do art. 5º desta Lei, ou não sendo cumpridas as etapas previstas no § 5º do art. 5º desta Lei, o Município procederá à aplicação do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU) progressivo no tempo, mediante a majoração da alíquota pelo prazo de cinco anos consecutivos. (...)</p> <p>Art. 8º Decorridos cinco anos de cobrança do IPTU progressivo sem que o proprietário tenha cumprido a obrigação de parcelamento, edificação ou utilização, o Município poderá proceder à desapropriação do imóvel, com pagamento em títulos da dívida pública. (...)"</p> <p>Os dispositivos legais acima transcritos</p> <p>(A) ofendem a disciplina constitucional da função social da propriedade urbana imobiliária.</p> <p>(B) foram recepcionados pela Constituição da República apenas no que diz respeito à possibilidade de cobrança de IPTU progressivo no tempo.</p> <p>(C) são formalmente incompatíveis com a Constituição da República, pois lei federal não pode dispor sobre a matéria.</p> <p>(D) são compatíveis com a disciplina constitucional da matéria.</p> <p>(E) são compatíveis com a Constituição da República apenas quanto à previsão de parcelamento ou utilização compulsórios do imóvel pelo proprietário.</p>	<p>5. Dispõem o artigo 66, <i>caput</i>, e seu § 1º, da Lei Complementar nº 35, de 14 de março de 1979, a Lei Orgânica da Magistratura:</p> <p>"Art. 66 – Os magistrados terão direito a férias anuais, por sessenta dias, coletivas ou individuais. § 1º – Os membros dos Tribunais, salvo os dos Tribunais Regionais do Trabalho, que terão férias individuais, gozarão de férias coletivas, nos períodos de 2 a 31 de janeiro e de 2 a 31 de julho. Os Juízes de primeiro grau gozarão de férias coletivas ou individuais, conforme dispuser a lei."</p> <p>Referidos dispositivos legais</p> <p>(A) são compatíveis com a disciplina constitucional da matéria.</p> <p>(B) foram recepcionados pela Constituição da República apenas no que diz respeito ao direito às férias individuais dos Tribunais Regionais do Trabalho.</p> <p>(C) são formalmente incompatíveis com a Constituição da República, pois lei complementar não pode dispor sobre a matéria.</p> <p>(D) são inconstitucionais apenas quanto ao prazo de férias anuais, fixado em trinta dias pela Constituição da República.</p> <p>(E) são incompatíveis com a Constituição da República quanto à previsão de férias coletivas para juízes e membros de Tribunais.</p>

<p>6. Suponha que tramite perante a Câmara dos Deputados uma proposta de Emenda à Constituição que pretenda excluir do texto constitucional a vedação à instituição de pena de morte, constante de seu artigo 5º, XLVII, a. Nessa hipótese, com vistas a impedir que os membros da Casa Legislativa deliberem sobre referida proposta, teria um Deputado Federal legitimidade para impetrar, perante o Supremo Tribunal Federal,</p> <p>(A) mandado de segurança individual. (B) ação direta de inconstitucionalidade. (C) <i>habeas data</i>. (D) <i>habeas corpus</i>. (E) mandado de segurança coletivo.</p>	<p>9. Sobre a aplicação de recursos públicos na educação, estabelece a Constituição da República que</p> <p>(A) União, Estados, Distrito Federal e Municípios aplicarão, anualmente, nunca menos de 25% da receita resultante de impostos na manutenção e no desenvolvimento do ensino. (B) a parcela da arrecadação de impostos transferida pela União aos Estados, Distrito Federal e Municípios será considerada receita do governo federal, para efeito do cálculo do mínimo constitucional de destinação de recursos para a educação. (C) as cotas estaduais da arrecadação da contribuição social do salário-educação serão distribuídas proporcionalmente ao número de alunos matriculados na educação básica na respectiva rede de ensino. (D) os recursos públicos serão destinados às escolas públicas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, sendo vedada, contudo, sua destinação a bolsas de estudos. (E) a distribuição de recursos públicos assegurará prioridade ao atendimento das necessidades do ensino obrigatório, nos termos do plano nacional da educação, a ser definido por Decreto do Presidente da República, de duração trienal.</p>
<p>7. Projeto de lei ordinária de iniciativa do Presidente da República, visando à criação de cargos e empregos públicos na administração direta e autárquica federal, tramita em regime de urgência, em atendimento à solicitação do próprio Chefe do Poder Executivo federal. Nessa hipótese,</p> <p>(A) o projeto de lei não deveria submeter-se a procedimento de urgência, pois a Constituição impede que o Presidente da República a solicite em proposições de sua iniciativa. (B) terão as Casas do Congresso Nacional o prazo de quarenta e cinco dias, cada qual, para se manifestar sobre a proposição, sob pena de sobrestamento das demais deliberações legislativas da Casa respectiva, exceto as que tenham prazo constitucional determinado, até o fim da votação. (C) padece o projeto de lei de vício de iniciativa, uma vez que não dispõe o Presidente da República de legitimidade para a apresentação de proposições que visem à criação de cargos e empregos públicos na administração autárquica federal. (D) a matéria sobre a qual versa a proposição legislativa é reservada à lei complementar, sendo por essa razão o projeto de lei incompatível com a Constituição da República. (E) a discussão e votação do projeto de lei terão início no Senado Federal, por se tratar de proposição legislativa de iniciativa privativa do Presidente da República.</p>	<p>10. Considere as seguintes afirmações sobre o papel constitucional do Estado na atividade econômica:</p> <p>I. Excetuadas hipóteses previstas na Constituição da República, o Estado somente poderá explorar atividade econômica quando necessária aos imperativos da segurança nacional, conforme definido em lei. II. Pertencem à União as jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais, bem como o solo em que localizados, para efeito de exploração ou aproveitamento. III. É vedada a concessão às sociedades de economia mista e empresas públicas de privilégios fiscais que não sejam extensivos às empresas do setor privado. IV. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento.</p> <p>Está INCORRETO o que se afirma em</p> <p>(A) I e II. (B) I e III. (C) II e III. (D) II e IV. (E) III e IV.</p>
<p>8. Relativamente à desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, prevê a Constituição da República que</p> <p>(A) a ela se sujeitam os imóveis rurais que não estiverem cumprindo sua função social, cujo atendimento deve observar as exigências fundamentais de ordenação da cidade, expressas no plano diretor. (B) cabe à lei estadual específica estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação. (C) não se sujeitam à desapropriação para esse fim a pequena e a média propriedade rural, assim definidas em lei, que lhes assegurará tratamento especial e fixará normas para o cumprimento dos requisitos relativos à sua função social. (D) essa se dá mediante prévia e justa e indenização, em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de dez anos, a partir do ano subsequente ao de sua emissão. (E) são isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO ADMINISTRATIVO</p> <p>11. A Lei federal nº 9.472/97, em seu art. 9º, designa a Agência Nacional de Telecomunicações “autoridade administrativa independente”. Tal designação, em termos da organização administrativa brasileira,</p> <p>(A) revela a criação de uma nova espécie típica de entidade integrante da Administração Indireta, dita justamente “autoridade administrativa independente”. (B) ressalta algumas características do regime especial dessa entidade, tais quais independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, mas não afasta o seu enquadramento como autarquia. (C) refere-se ao fato de essa entidade não integrar a Administração Indireta. (D) refere-se ao fato de essa entidade não ser sujeita a normas decorrentes do exercício do poder regulamentar pelo chefe do Poder Executivo. (E) implica a criação de uma nova espécie típica de entidade integrante da Administração Indireta, dita “agência reguladora”.</p>

<p>12. "Atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos."</p> <p>Este texto corresponde à definição de poder</p> <p>(A) disciplinar, sendo tal noção conflitante com a atual Constituição federal, na medida em que apenas lei pode limitar o exercício de direito ou liberdade.</p> <p>(B) normativo, sendo tal noção compatível com a atual Constituição federal, posto não haver o ordenamento constitucional acolhido o princípio da reserva legal absoluta.</p> <p>(C) de polícia, sendo tal noção compatível com a atual Constituição federal, pois é normal que haja limitação ao exercício de direitos e liberdades em defesa de outros direitos ou valores constitucionalmente tutelados.</p> <p>(D) hierárquico, sendo tal noção conflitante com a atual Constituição federal, posto que pertinente a um regime autoritário, incompatível com o Estado Democrático de Direito.</p> <p>(E) regulador, sendo tal noção compatível com a atual Constituição federal, dada a afirmação da função social dos direitos, integrante da ordem econômica constitucional.</p>	<p>14. É regra própria do regime jurídico do pregão, nos termos da legislação federal pertinente:</p> <p>(A) o prazo fixado para a apresentação das propostas, contado a partir da publicação do aviso, não será superior a oito dias úteis.</p> <p>(B) no curso da sessão pública para recebimento das propostas, todos os interessados ou seus representantes presentes poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.</p> <p>(C) para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, ou técnica e preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.</p> <p>(D) encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, para verificação do atendimento das condições fixadas no edital.</p> <p>(E) declarado o vencedor, qualquer licitante poderá recorrer, no prazo de três dias, apresentando, independentemente de outra formalidade, as razões do recurso e cabendo aos demais licitantes apresentar contra-razões em igual número de dias.</p>
<p>13. Considere as seguintes afirmações em matéria de anulação de atos administrativos:</p> <p>I. A Administração deve anular seus próprios atos, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos.</p> <p>II. O direito da Administração de anular os atos administrativos de que decorram efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé.</p> <p>III. Em decisão na qual se evidencie não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros, os atos que apresentarem defeitos sanáveis poderão ser convalidados pela própria Administração.</p> <p>A compatibilidade com o Direito brasileiro</p> <p>(A) ocorre em I e II, apenas.</p> <p>(B) ocorre em I e III, apenas.</p> <p>(C) ocorre em II e III, apenas.</p> <p>(D) ocorre em I, II e III.</p> <p>(E) não ocorre em I, em II, nem em III.</p>	<p>15. Nos termos da Lei nº 8.666/93, um contrato administrativo pode ser alterado</p> <p>(A) unilateralmente pela Administração, quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos.</p> <p>(B) unilateralmente pela Administração, quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, no limite de 50% para acréscimos ou reduções.</p> <p>(C) por acordo das partes, quando conveniente a dispensa da garantia de execução.</p> <p>(D) por acordo das partes, quando necessária a modificação da forma de pagamento, ou a antecipação de pagamento, mantido o valor inicial atualizado.</p> <p>(E) por acordo das partes, para restabelecer a expectativa inicial de lucro do contratado, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de conseqüências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.</p> <p>16. Ter possuído, até 30 de junho de 2001, como seus, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, até duzentos e cinquenta metros quadrados de imóvel público situado em área urbana, utilizando-os para sua moradia ou de sua família, desde que não seja proprietário ou concessionário, a qualquer título, de outro imóvel urbano ou rural. Esses são os requisitos para que se exerça o direito</p> <p>(A) à concessão de direito real de uso, o que depende de concordância discricionária da Administração Pública.</p> <p>(B) à concessão de uso especial para fins de moradia, cujo título pode ser obtido por via administrativa ou judicial.</p> <p>(C) ao usucapião <i>pro moradia</i> de imóvel público, o que depende de decisão judicial.</p> <p>(D) ao usucapião extraordinário de imóvel público, o que depende de decisão administrativa ou judicial.</p> <p>(E) de aforamento sobre bens públicos, o que depende de processo administrativo perante o órgão registral competente.</p>

17. “Art. 15-A. No caso de imissão prévia na posse, na desapropriação por necessidade ou utilidade pública e interesse social, inclusive para fins de reforma agrária, havendo divergência entre o preço ofertado em juízo e o valor do bem, fixado na sentença, expressos em termos reais, incidirão juros compensatórios de até seis por cento ao ano sobre o valor da diferença eventualmente apurada, a contar da imissão na posse, vedado o cálculo de juros compostos.”

Esse artigo do Decreto-Lei nº 3.365/41 foi introduzido pela Medida Provisória nº 2.183-56/01. Todavia, por decisão liminar, em medida cautelar em ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal

- (A) suspendeu a eficácia de todo o dispositivo.
- (B) deu ao dispositivo interpretação conforme a Constituição, para afirmar a impossibilidade de cumulação de juros moratórios e compensatórios.
- (C) deu ao dispositivo interpretação conforme a Constituição, para afirmar o não cabimento de imissão provisória na posse no caso de desapropriação por utilidade pública.
- (D) suspendeu a eficácia da expressão “vedado o cálculo de juros compostos”.
- (E) suspendeu a eficácia da expressão “de até seis por cento ao ano” e deu ao final desse dispositivo interpretação conforme a Constituição no sentido de que a base de cálculo dos juros compensatórios seja a diferença eventualmente apurada entre 80% do preço ofertado em juízo e o valor do bem fixado na sentença.

18. A idéia de que a responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público é objetiva relativamente aos usuários do serviço, não se estendendo, desse modo, a pessoas outras que não ostentem a condição de usuário é

- (A) expressamente afastada pela Constituição de 1988.
- (B) expressamente acolhida pela Constituição de 1988.
- (C) negada por súmula do Supremo Tribunal Federal.
- (D) objeto de acolhimento em decisão do Supremo Tribunal Federal.
- (E) amplamente acolhida em diversos dispositivos legais.

DIREITO CIVIL

19. Com a nova publicação da lei, destinada a correção,

- (A) em nenhuma hipótese haverá novo prazo para entrar em vigor.
- (B) se depois de entrar a lei em vigor, a correção não se considerará lei nova.
- (C) se antes de ela entrar em vigor, a *vacatio legis* começará a correr da nova publicação.
- (D) se depois de entrar em vigor, será retroativa à data da primeira publicação.
- (E) se antes de ela entrar em vigor, a *vacatio legis* consistirá do prazo restante contado desde a primeira publicação.

20. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência,

- (A) se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (B) somente de alguém desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não sendo encontrado até 02 (dois) anos após o término da guerra.
- (C) depois de dez (10) anos do desaparecimento da pessoa ou se o desaparecido contar oitenta (80) anos de idade e suas últimas notícias forem de mais de cinco (05) anos.
- (D) depois de vinte (20) anos do desaparecimento da pessoa, sendo suas últimas notícias de mais de cinco (05) anos.
- (E) sempre que alguém, tendo desaparecido de seu domicílio, contar cem (100) anos de idade.

21. O bem de família

- (A) regulado pela lei especial, está isento de quaisquer execução por dívida, exceto se decorrente de fiança prestada em contrato de locação ou de tributos e despesas condominiais incidentes sobre o imóvel.
- (B) instituído pelos cônjuges ou entidade familiar mediante escritura pública poderá abranger prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.
- (C) não poderá consistir do imóvel mais valioso dos cônjuges se estes possuírem outro de menor valor, nem de quaisquer outros bens móveis, ainda que instituído mediante escritura pública ou testamento.
- (D) regulado pela lei especial, será sempre considerado o imóvel residencial de maior valor, quando mais de um existir na mesma localidade.
- (E) em nenhuma hipótese, para fins de impenhorabilidade, poderá incluir os móveis e utensílios da casa de moradia se esta não pertencer ao dono daqueles.

22. A doutrina do *disregard of legal entity* tem por finalidade superar ou desconsiderar a personalidade jurídica de pessoas jurídicas,

- (A) para atingir o patrimônio dos sócios ou administradores, sempre que se verificar fraude contra credores, o que, na legislação brasileira, será possível por decisão judicial a requerimento da parte ou do Ministério Público.
- (B) responsabilizando-lhes os administradores e, para isto, considera inexistente a personificação.
- (C) para atingir o patrimônio dos sócios, sempre que se verificar confusão patrimonial, permitindo a legislação brasileira que a desconsideração se dê por ato administrativo ou judicial.
- (D) responsabilizando-lhes os sócios ou administradores, mas sem considerar nula a personificação, apenas a tornando ineficaz para certos atos.
- (E) para atingir o patrimônio dos sócios, implicando, na legislação brasileira, a declaração de nulidade de seus estatutos ou atos constitutivos no que se referir à distinção entre a personalidade jurídica dos sócios e da sociedade.

23. Vítimas de um acidente automobilístico faleceram os irmãos **José e Pedro**, que eram solteiros, não mantinham união estável e não possuíam ascendentes nem descendentes. **José** faleceu no local e **Pedro**, horas depois, em um hospital. Ambos eram irmãos de **Maria e Joana** e haviam tido outro irmão – **Antonio** – anteriormente falecido e que deixara dois filhos, que são vivos. Neste caso, é correto afirmar que os bens de José serão herdados

(A) por Pedro, Maria e Joana e os bens de Pedro somente por Maria e Joana.

(B) assim como os de Pedro, por Maria e Joana por cabeça e pelos filhos de Antonio, por estirpe.

(C) assim como os de Pedro, por Maria, Joana e pelos filhos de Antonio, por cabeça.

(D) por Pedro, Maria e Joana e pelos filhos de Antonio, por cabeça e os bens de Pedro serão herdados por Maria, Joana e pelos filhos de Antonio, também por cabeça.

(E) por Pedro, Maria e Joana, por cabeça e pelos filhos de Antonio, por estirpe e os bens de Pedro serão herdados por Maria e Joana, por cabeça e pelos filhos de Antonio, por estirpe.

24. O negócio jurídico eivado de erro de direito é

(A) apenas ineficaz, podendo ser aproveitado se decorrente de transação homologada por sentença.

(B) nulo, mas pode ser confirmado pelas partes, e convalesce pelo decurso do tempo.

(C) anulável, mas não se anula a transação por erro de direito acerca das questões que foram objeto de controvérsia entre as partes.

(D) anulável, mas não pode ser confirmado pelas partes, nem convalesce pelo decurso do tempo.

(E) nulo, apenas se for praticado por pessoa absoluta ou relativamente incapaz.

25. Em contrato de financiamento, garantido por alienação fiduciária de coisa móvel

(A) o fiduciante, mantendo sua posse, transfere ao fiduciário a propriedade resolúvel do bem.

(B) o fiduciário adquire a posse do bem e o fiduciante sua propriedade resolúvel.

(C) o fiduciante transfere ao fiduciário a propriedade e a posse do bem.

(D) o fiduciante conserva a propriedade e a posse do bem, apenas conferindo ao fiduciário uma garantia semelhante ao penhor.

(E) a garantia é em tudo semelhante ao penhor, apenas com a diferença de que o devedor mantém a posse da coisa.

26. Sobre a extinção das obrigações é correto afirmar:

(A) Obrigando-se por terceiro uma pessoa, poderá compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.

(B) O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever; mas o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.

(C) A confusão operada na pessoa do credor ou devedor solidário extingue toda a obrigação até a equivalência integral dos créditos.

(D) O credor pode consentir em receber prestação diversa da que lhe é devida, mediante dação em pagamento, mas se for evicto da coisa recebida em pagamento, a quitação não perde seu efeito.

(E) Em novação subjetiva, sendo insolvente o novo devedor, tem sempre o credor ação regressiva contra o devedor primitivo.

27. “X” é empregado de “Y” e, exercendo a função de motorista, provocou culposamente um acidente de que decorreram danos de grande monta para o proprietário de outro veículo. Neste caso, o patrão

(A) só responderá pela indenização se o empregado tiver sido condenado em ação penal.

(B) não responderá pela indenização se provar que escolheu bem e vigiou convenientemente seu empregado.

(C) responderá pela indenização, ainda que não haja culpa de sua parte.

(D) responderá somente pela metade da indenização se provar que não há culpa de sua parte.

(E) se provar que não há culpa de sua parte, só responderá subsidiariamente pela indenização.

28. Os alimentos serão devidos

(A) se o cônjuge declarado culpado vier a necessitar de alimentos, e não tiver parentes em condições de prestá-los, nem aptidão para o trabalho, pelo outro cônjuge, fixando o juiz o valor indispensável à sobrevivência.

(B) somente entre pais e filhos ou entre cônjuges.

(C) entre irmãos germanos, mas não entre os unilaterais, nos casos previstos em lei.

(D) pelos ascendentes, recaindo a obrigação independentemente do grau de proximidade.

(E) sempre na proporção das necessidades do reclamante e dos recursos da pessoa obrigada.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

29. Sobre as provas no processo civil, é INCORRETO afirmar:

(A) Se o réu contestar sua assinatura em um documento produzido pelo autor, o ônus da prova da autenticidade do respectivo documento será do autor.

(B) O perito será ouvido em audiência para prestar esclarecimentos se as partes assim requererem e previamente formularem quesitos.

(C) Ainda que não previstos em lei, os meios moralmente legítimos de produção de prova serão aceitos para a demonstração da verdade dos fatos.

(D) É dever da parte submeter-se à inspeção judicial que for julgada necessária, em atendimento ao princípio da colaboração para o descobrimento da verdade.

(E) As reproduções digitalizadas de qualquer documento fazem a mesma prova que os originais, que deverão ser preservados pelo seu detentor até o trânsito em julgado da ação em que aquelas foram produzidas.

30. A respeito da ação de desapropriação por utilidade pública, é correto dizer que

(A) afirmada a urgência poderá ser concedida liminar de imissão na posse permitindo a entrada nos prédios expropriados, inclusive com auxílio de força policial, se necessário.

(B) os bens expropriados poderão ser reivindicados pelo expropriado em casos de nulidade do processo de desapropriação.

(C) a declaração de utilidade pública far-se-á por lei de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

(D) o depósito prévio do preço fixado pelo juiz da causa, tem natureza jurídica de caução para garantia das ações executivas da desapropriação.

(E) no processo de desapropriação é autorizada a discussão acerca da utilidade pública declarada pelo Poder expropriante.

<p>31. Sobre a revelia, é correto afirmar:</p> <p>(A) Os efeitos da revelia não se aplicam nos juizados especiais cíveis.</p> <p>(B) O réu revel poderá intervir no processo a qualquer tempo e arguir qualquer matéria de direito.</p> <p>(C) A revelia determina a procedência do pedido.</p> <p>(D) A comprovação ficta dos fatos em razão da revelia sempre determina o julgamento antecipado da lide.</p> <p>(E) Ao réu revel será nomeado curador especial, em qualquer caso, para atender os princípios do contraditório e da ampla defesa.</p>	<p>34. Partes no processo.</p> <p>I. A alienação da coisa litigiosa possibilita ao adquirente intervir no processo como assistente do alienante, mesmo que a parte contrária não consinta.</p> <p>II. Às partes é permitido o ajuste, por disposição contratual, das formas de substituição processual.</p> <p>III. O juiz poderá impor limitação quanto ao número de litigantes somente quando o litisconsórcio comprometer a rápida solução do litígio.</p> <p>IV. O litisconsórcio passivo formado em uma ação de usucapião é classificado como necessário e simples.</p> <p>V. A legitimação ordinária para a causa pressupõe a coincidência entre a legitimação do direito material e legitimação para estar em juízo.</p>
<p>32. Os prazos processuais, no caso de publicação eletrônica</p> <p>(A) não fluem, enquanto não for o ato publicado no Diário Oficial em papel.</p> <p>(B) são contados excluindo-se o dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico e incluindo-se o do vencimento.</p> <p>(C) são contados incluindo-se o dia da disponibilização da informação no Diário da Justiça eletrônico e excluindo-se o do vencimento.</p> <p>(D) contam-se do mesmo modo como se contam os prazos se a informação fosse publicada no Diário Oficial em papel.</p> <p>(E) têm início no primeiro dia útil que se seguir ao considerado como data de publicação.</p>	<p>35. Resposta do réu na ação de conhecimento.</p> <p>I. A exceção de incompetência suspende o andamento do processo principal até que seja definitivamente julgada, transitando em julgado sua decisão.</p> <p>II. Poderá reconvir, em peça autônoma, simultaneamente com a contestação, desde que seu pedido seja conexo ao da ação principal.</p> <p>III. A exceção de impedimento e de suspeição deverá ser proposta no prazo de quinze dias contados do fato que ocasionou a respectiva exceção.</p> <p>IV. Poderá opor exceção de incompetência, cuja petição poderá ser protocolizada no juízo de seu domicílio, requerendo sua remessa ao juízo que determinou a citação.</p> <p>V. O prazo para contestar será sempre em dobro quando houver pluralidade de réus, considerando a dificuldade para elaboração da defesa e em atendimento ao princípio constitucional da ampla defesa.</p>
<p>Instruções: Nas questões de números 33 a 37 são apresentadas cinco assertivas referentes a um assunto, das quais somente três estão corretas.</p> <p>Para responder a cada uma das questões, use a seguinte chave:</p> <p>(A) I, II e V estão corretas.</p> <p>(B) I, III e IV estão corretas.</p> <p>(C) I, IV, e V estão corretas.</p> <p>(D) II, III e IV estão corretas.</p> <p>(E) II, III e V estão corretas.</p>	<p>36. Recursos cíveis.</p> <p>I. O interesse é tido como um pressuposto objetivo de admissibilidade dos recursos, pois decorre da sucumbência.</p> <p>II. O recurso adesivo é sempre subordinado ao recurso principal e deverá ser interposto no prazo de que dispõe a parte para oferecer as contra-razões ao recurso voluntário interposto pela parte contrária.</p> <p>III. A desistência do recurso independe da anuência do recorrido, em qualquer hipótese.</p> <p>IV. O prazo para interposição de recurso pelo terceiro prejudicado é o mesmo das partes.</p> <p>V. Extinto o processo sem julgamento do mérito, em nenhuma hipótese poderá o Tribunal julgar a lide, sob pena de supressão de um grau de julgamento.</p>
<p>33. Coisa julgada.</p> <p>I. As questões prejudiciais decididas que constituírem pressuposto necessário para o julgamento da lide, farão coisa julgada se a parte o requerer e o juiz da causa for competente em razão da matéria.</p> <p>II. A fundamentação, imprescindível para a validade de uma sentença, faz coisa julgada nos limites da lide e das questões decididas.</p> <p>III. Não há coisa julgada material se as questões decididas na sentença forem de natureza processual.</p> <p>IV. Nas causas relativas ao estado da pessoa, a sentença produz coisa julgada em relação a terceiros, desde que tenham sido citados, em litisconsórcio necessário, todos os interessados.</p> <p>V. A sentença injusta, transitada em julgado, poderá ser reformada através da ação rescisória.</p>	

<p>37. Defesa do devedor.</p> <p>I. Os embargos do devedor na execução de título extrajudicial independem de prévia garantia do juízo, deverão ser propostos no prazo de quinze dias contados da juntada aos autos do mandado de citação da execução e ordinariamente não suspendem o andamento desta.</p> <p>II. A impugnação ao cumprimento de sentença independe de prévia garantia do juízo e nunca suspende o andamento de sua execução.</p> <p>III. A impugnação do devedor contra execução provisória da sentença somente será recebida se o embargante oferecer caução idônea.</p> <p>IV. Os embargos do devedor na execução fiscal deverão ser opostos no prazo de trinta dias contados da intimação da penhora.</p> <p>V. Os embargos à arrematação poderão questionar a legalidade da penhora, se esta tiver sido efetivada após a oposição dos embargos do devedor.</p>	<p>41. Para solucionar questão relacionada a concurso aparente de normas, o intérprete pode valer-se, dentre outros, do princípio da</p> <p>(A) especialidade.</p> <p>(B) fragmentariedade.</p> <p>(C) anterioridade.</p> <p>(D) irretroatividade.</p> <p>(E) taxatividade.</p>
<p>38. Relativamente ao pedido e petição inicial, é INCORRETO afirmar:</p> <p>(A) Antes de realizada a citação poderá o autor modificar o pedido ou a causa de pedir, mas após a citação, a qualquer tempo, até a sentença, a alteração dependerá da concordância do réu.</p> <p>(B) Contra a decisão que indeferir liminarmente a petição inicial caberá apelação, facultado ao juiz reformar sua decisão em quarenta e oito horas e os autos deverão ser imediatamente encaminhados ao Tribunal em caso de manutenção da decisão, sem citação ou cientificação do réu.</p> <p>(C) A petição inicial será considerada inepta quando lhe faltar causa de pedir, quando os pedidos forem incompatíveis entre si ou juridicamente impossível.</p> <p>(D) A cumulação de pedidos em um único processo, salvo exceção legal, exige que sejam formulados contra o mesmo réu, ainda que entre os pedidos não haja conexão.</p> <p>(E) A petição inicial será indeferida se o procedimento escolhido pelo autor não corresponder à natureza da causa e não for possível fazer a adaptação ao procedimento legal.</p>	<p>42. Segundo construção jurisprudencial amplamente aceita, em delitos dolosos sem violência ou grave ameaça à pessoa, praticados contra a mesma vítima, o aumento pelo crime continuado deve decorrer</p> <p>(A) das circunstâncias do art. 59 do Código Penal.</p> <p>(B) do número de infrações praticadas.</p> <p>(C) da incidência de circunstâncias agravantes ou atenuantes.</p> <p>(D) da gravidade dos crimes praticados.</p> <p>(E) da primariedade ou não do acusado.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PENAL</p> <p>39. No estado de necessidade</p> <p>(A) o perigo sempre deve ser iminente.</p> <p>(B) há necessariamente reação contra agressão humana.</p> <p>(C) é cabível a modalidade putativa.</p> <p>(D) o agente responderá pelo excesso culposo, ainda que inexistente previsão legal de delito da espécie.</p> <p>(E) há extinção da punibilidade.</p>	<p>43. No crime de concussão, a circunstância de ser um dos agentes funcionário público</p> <p>(A) não é elementar, não se comunicando, portanto, ao concorrente particular.</p> <p>(B) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, ainda que este desconheça a condição daquele.</p> <p>(C) é elementar, mas não se comunica ao concorrente particular.</p> <p>(D) é elementar, comunicando-se ao concorrente particular, se este conhecia a condição daquele.</p> <p>(E) não é elementar, comunicando-se, em qualquer situação, ao concorrente particular.</p>
<p>40. A tentativa</p> <p>(A) é impunível nos casos de ineficácia absoluta do meio e de relativa impropriedade do objeto.</p> <p>(B) não prescinde da realização de atos de execução, ainda que se trate de contravenção penal.</p> <p>(C) dispensa o exaurimento da infração, necessário apenas para que se reconheça a consumação nos crimes formais.</p> <p>(D) constitui causa geral de diminuição da pena, devendo o respectivo redutor corresponder à culpabilidade do agente, segundo pacífico entendimento jurisprudencial.</p> <p>(E) exige comportamento doloso do agente.</p>	<p>44. No cálculo da pena</p> <p>(A) a redução pela menoridade do acusado deve incidir após o acréscimo pelo crime continuado.</p> <p>(B) o aumento pelo concurso formal deve preceder a diminuição pela confissão espontânea.</p> <p>(C) o acréscimo pela má antecedência do acusado deve incidir antes da redução pela tentativa.</p> <p>(D) o aumento pela reincidência deve ser posterior à redução pela participação de menor importância.</p> <p>(E) a diminuição pelo arrependimento posterior deve incidir antes do aumento em razão de o crime haver sido praticado contra ascendente.</p> <p>45. A pena de prestação pecuniária</p> <p>(A) não pode exceder a trezentos e sessenta salários mínimos.</p> <p>(B) não pode ser deduzida de eventual condenação em ação de reparação civil, ainda que coincidente os beneficiários.</p> <p>(C) é cabível apenas em favor da vítima ou de seus descendentes.</p> <p>(D) não é substitutiva da privativa de liberdade.</p> <p>(E) é fixada em dias-multa.</p>

<p>46. A prescrição</p> <p>(A) é calculada pelo total da pena no caso de concurso de crimes.</p> <p>(B) admite a interrupção, mas não a suspensão do respectivo prazo.</p> <p>(C) é calculada pelo máximo da pena cominada no caso de prescrição da pretensão executória.</p> <p>(D) exclui o dia de início na contagem do prazo.</p> <p>(E) retroativa constitui modalidade de prescrição da pretensão punitiva.</p>	<p>51. Em matéria de competência, conforme se extrai da Constituição federal e do Código de Processo Penal,</p> <p>(A) nos casos de exclusiva ação penal privada, o querelante poderá preferir o foro de domicílio ou de residência do réu, ainda quando conhecido o lugar da infração.</p> <p>(B) compete ao Superior Tribunal de Justiça julgar os Governadores e Deputados Estaduais.</p> <p>(C) compete ao Supremo Tribunal Federal julgar o Procurador-Geral da República e os Procuradores-Gerais dos Estados.</p> <p>(D) nos casos de conexão ou continência, a regra geral é a prevalência do local onde ocorreu o maior número de infrações.</p> <p>(E) o júri somente tem competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, e, assim, em caso de conexão com crime que não é de sua competência, haverá separação dos processos.</p>
<p>47. No tocante aos crimes contra a ordem tributária, é possível afirmar que</p> <p>(A) somente a supressão ou redução de imposto constitui crime.</p> <p>(B) a supressão de contribuição social constitui crime.</p> <p>(C) a redução de taxa não constitui crime.</p> <p>(D) a redução de contribuição social não constitui crime.</p> <p>(E) apenas a redução ou supressão de tributo constitui crime.</p>	<p>52. Se o acusado, regularmente intimado, não comparecer, sem motivo legítimo, para o julgamento em plenário do júri, o juiz</p> <p>(A) não deve realizar o julgamento, seja o crime afiançável ou inafiançável.</p> <p>(B) deve realizar o julgamento, se o crime for inafiançável.</p> <p>(C) deve realizar o julgamento, se o crime for afiançável.</p> <p>(D) deve realizar o julgamento, seja o crime afiançável ou inafiançável.</p> <p>(E) deve realizar o julgamento, seja o crime afiançável ou inafiançável, se houver concordância das partes.</p>
<p>48. Nos crimes ambientais,</p> <p>(A) a ação penal pode ser pública condicionada ou incondicionada.</p> <p>(B) é cabível a suspensão condicional do processo, se a infração for de menor potencial ofensivo e desde que haja prévia reparação do dano ambiental.</p> <p>(C) se acordada a suspensão condicional do processo, a declaração de extinção da punibilidade independe de comprovação de reparação do dano ambiental.</p> <p>(D) é cabível a transação penal, se a infração for de menor potencial ofensivo e desde que haja prévia composição do dano ambiental.</p> <p>(E) a reparação do dano ambiental deve ocorrer até o término do prazo da suspensão condicional do processo, não se admitindo prorrogação.</p>	<p>53. É uma afirmação que NÃO corresponde ao que dispõe a Lei antidrogas:</p> <p>(A) O acusado pode oferecer defesa prévia antes do recebimento da denúncia, e, se não oferecida no prazo, será nomeado defensor para oferecê-la.</p> <p>(B) A infiltração policial é prevista como procedimento investigatório e pode ser realizada mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público.</p> <p>(C) A não-atuação policial sobre os portadores de drogas é prevista como procedimento investigatório e pode ser realizada mediante autorização judicial e ouvido o Ministério Público.</p> <p>(D) É possível a venda cautelar de bens apreendidos, excetuados aqueles indicados para serem colocados sob uso e custódia da autoridade de polícia judiciária ou de outros órgãos.</p> <p>(E) É vedada a apelação em liberdade aos condenados por tráfico, ainda que primários e de bons antecedentes.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL PENAL</p> <p>49. O recurso cabível da decisão que indefere o pedido de restituição de coisa apreendida é</p> <p>(A) agravo de instrumento.</p> <p>(B) recurso em sentido estrito.</p> <p>(C) correição parcial.</p> <p>(D) apelação.</p> <p>(E) embargos infringentes.</p>	<p>54. A respeito de prova, é correto afirmar que</p> <p>(A) em razão do princípio da legalidade, não se admitem no processo penal os meios de prova que não estejam arrolados no Código de Processo Penal.</p> <p>(B) há ainda no ordenamento brasileiro resquício de julgamento por convicção íntima.</p> <p>(C) a Constituição federal, expressamente, não admite a prova ilícita por derivação, consagrando, assim, a teoria dos frutos da árvore envenenada.</p> <p>(D) é permitido por lei federal o uso de videoconferência em interrogatórios de réus processados por crime organizado.</p> <p>(E) a interceptação telefônica e a gravação ambiental são permitidas para obtenção de prova apenas para crimes de reclusão com penas superiores a quatro anos de reclusão.</p>

<p>55. Durante a execução penal</p> <p>(A) o juiz pode, sem ouvir o condenado, determinar a regressão de regime, se ele vier a praticar nova infração penal.</p> <p>(B) o promotor de justiça pode aplicar sanções mais leves, como advertência, ao preso condenado, depois de ouvi-lo.</p> <p>(C) a autoridade diretora do presídio pode autorizar a saída temporária do preso.</p> <p>(D) o direito do preso à visita do cônjuge não pode ser suspenso.</p> <p>(E) o recurso previsto das decisões judiciais é o agravo sem efeito suspensivo.</p>	<p style="text-align: center;">DIREITO COMERCIAL</p> <p>59. Como regra geral, o contrato de trespasse</p> <p>(A) depende, como condição de sua validade, do consentimento dos credores do alienante.</p> <p>(B) depende, como condição de sua eficácia perante os credores do adquirente, do consentimento expresso destes.</p> <p>(C) depende, como condição de sua validade perante terceiros, da sua averbação no órgão do registro do comércio.</p> <p>(D) depende, como condição de sua eficácia perante terceiros, do consentimento expresso dos credores do alienante.</p> <p>(E) independe de averbação no órgão do registro do comércio para que tenha plena validade.</p>
<p>56. Expedida carta precatória para inquirição de testemunhas, segundo orientação sumulada</p> <p>(A) do Supremo Tribunal Federal, o acusado preso deve ser sempre requisitado, sob pena de nulidade absoluta.</p> <p>(B) do Supremo Tribunal Federal, o acusado solto deve ser intimado da data designada para a audiência no juízo deprecado, sob pena de nulidade absoluta.</p> <p>(C) do Superior Tribunal de Justiça, intimada a defesa da expedição da carta, torna-se desnecessária a intimação da data da audiência no juízo deprecado.</p> <p>(D) do Superior Tribunal de Justiça, a defesa deve ser intimada da expedição da carta precatória e da intimação da data da audiência no juízo deprecado.</p> <p>(E) tanto do Supremo Tribunal Federal como do Superior Tribunal de Justiça, a falta de intimação da data designada causa nulidade absoluta.</p>	<p>60. Na omissão do contrato social de uma sociedade limitada, os sócios podem</p> <p>(A) alienar suas quotas e cedê-las a terceiros, independentemente do consentimento dos outros sócios.</p> <p>(B) transferir suas quotas entre si, livremente, e cedê-las a terceiros se houver o consentimento de mais de 1/4 (um quarto) do capital social.</p> <p>(C) transferir suas quotas entre si, livremente, e cedê-las a terceiros se não houver oposição de mais de 1/4 (um quarto) do capital social.</p> <p>(D) transferir suas quotas entre si e cedê-las a terceiros se não houver oposição, em ambos os casos, de mais de 1/4 (um quarto) do capital social.</p> <p>(E) transferir suas quotas entre si e cedê-las a terceiros se houver o consentimento, em ambos os casos, de mais de 1/4 (um quarto) do capital social.</p>
<p>57. Em processo envolvendo crime de lavagem de dinheiro, a restituição dos bens, direitos e valores apreendidos ou seqüestrados</p> <p>(A) nunca poderá ser feita.</p> <p>(B) poderá ser feita antes do julgamento do processo, se comprovada a licitude dos bens e houver comparecimento pessoal do acusado.</p> <p>(C) somente poderá ser feita após o trânsito em julgado da sentença absolutória.</p> <p>(D) poderá ser feita antes do julgamento do processo, se comprovada a licitude dos bens ainda que sem o comparecimento pessoal do acusado.</p> <p>(E) poderá ser feita, durante o processo, se, havendo pedido de restituição, o Ministério Público não provar, satisfatoriamente, a origem ilícita dos bens.</p>	<p>61. Considere as afirmativas abaixo, relativas às sociedades anônimas:</p> <p>I. As ações preferenciais são aquelas que conferem a seu titular determinados direitos especiais, previstos em lei, embora não lhe confirmem, como regra legal, o direito de voto.</p> <p>II. O acionista que violar deveres estatutários poderá, por decisão da Assembléia Geral, ter o seu direito de voto suspenso.</p> <p>III. O estatuto poderá prever que determinadas classes de ações ordinárias e de ações preferenciais tenham direito de voto restrito.</p> <p>Está correto o que se afirma SOMENTE em</p> <p>(A) I.</p> <p>(B) II.</p> <p>(C) I e II.</p> <p>(D) I e III.</p> <p>(E) II e III.</p>
<p>58. O promotor oferece uma denúncia por crimes cometidos por sócios de uma empresa, indicando os autores e co-autores do delito, sem individualização da conduta de cada um deles. O juiz da comarca não recebeu a denúncia. No caso, a decisão do juiz</p> <p>(A) está errada, porque há previsão legal para esse tipo de denúncia em crimes societários.</p> <p>(B) está correta, pois não há previsão legal que autorize esse tipo de denúncia para crimes societários, só sendo prevista para crimes ambientais e crimes cometidos por organizações criminosas.</p> <p>(C) certa ou errada, comporta a interposição de apelação.</p> <p>(D) certa ou errada, comporta a interposição de recurso em sentido estrito.</p> <p>(E) se errada, deve o tribunal, em caso de prover o recurso interposto, designar outro juiz para o processo.</p>	<p>62. Na locação empresarial, a exceção de retomada do imóvel, oposta em sede de ação renovatória,</p> <p>(A) apenas é possível se o contrato houver sido celebrado por prazo maior do que 30 (trinta) meses.</p> <p>(B) depende de previsão contratual expressa, não cabendo em contratos não-escritos.</p> <p>(C) pode ser efetuada apenas quando o contrato viger por prazo indeterminado.</p> <p>(D) é cabível se motivada pela utilização do imóvel para instalação de estabelecimento empresarial do locador, em ramo de atividade distinto do locatário.</p> <p>(E) depende de notificação do poder público, recebida pelo locador, determinando a realização de obras que importem em radical modificação do imóvel locado.</p>

63. A sociedade ABC Ltda. recebeu, por endosso de EEZ Ltda., uma duplicata não vencida. Como o devedor da duplicata era de solvência duvidosa, a ABC Ltda. exigiu, da endossante, que apresentasse um avalista pessoal, que após sua assinatura no título, nessa qualidade. Posteriormente, com o título vencido e não pago pelo devedor principal, a ABC Ltda. voltou-se contra a EEZ Ltda. para fins de cobrança do respectivo valor, mas descobriu que, nesse ínterim, à endossante havia sido deferida a recuperação judicial.

Nesse contexto, a responsabilidade do avalista

- (A) persiste, desde que tenha havido o protesto do título no prazo de 30 (trinta) dias a contar de seu vencimento.
- (B) persiste, independentemente do protesto do título.
- (C) extingue-se, porque a recuperação judicial do avalizado implica a exoneração de todos os seus avalistas.
- (D) extingue-se, porque todos os créditos do avalizado passam a estar sujeitos à recuperação judicial.
- (E) está suspensa enquanto perdurar a recuperação judicial do avalizado.

DIREITO TRIBUTÁRIO

64. Um imposto cujo crédito foi constituído definitivamente em 11 de março de 2002 e cujo fato gerador ocorreu em 05 de janeiro de 1996

- (A) estará prescrito em 05 anos a contar da ocorrência do fato gerador, ou seja, em 06 de janeiro de 2001, se a ação não for ajuizada até tal data.
- (B) terá caducado em 05 anos a contar da constituição definitiva do crédito tributário, ou seja, em 10 de março de 2007, se a citação do executado se der até esta data.
- (C) estará prescrito em 05 anos a contar do primeiro dia do exercício seguinte à constituição definitiva do crédito tributário, ou seja, em 11 de março de 2008, se o despacho do juiz se der até tal data.
- (D) terá caducado em 05 anos a contar do primeiro dia do exercício seguinte à constituição definitiva do crédito tributário, ou seja, em 11 de março de 2008, se o devedor for notificado validamente até esta data.
- (E) estará prescrito em 05 anos a contar da constituição definitiva do crédito tributário, ou seja, em 12 de março de 2007, se o despacho do juiz que ordena a citação não se der até tal data.

65. O Ministério Público do Estado de Roraima, através de Promotor de Justiça, propõe ação civil pública em face do Município de Boa Vista, que instituiu taxa de coleta de lixo, cuja alíquota é 0,25% do valor venal do imóvel e contribuinte é o proprietário de imóvel urbano. É correto afirmar que

- (A) é cabível ação pública na defesa dos direitos do contribuinte, por ser um direito coletivo, equiparando-se o contribuinte a consumidor.
- (B) é cabível ação civil pública na defesa dos direitos do contribuinte, com efeito *erga omnes*, sendo uma forma de controle difuso de constitucionalidade.
- (C) não é cabível ação civil pública em matéria tributária por expressa vedação legal, apesar de ser o direito do contribuinte um direito individual homogêneo.
- (D) não é cabível ação civil pública em matéria tributária porque o contribuinte não pode ser equiparado a consumidor para fins de enquadramento do direito do contribuinte como direito difuso e coletivo.
- (E) só é cabível ação civil pública para defesa de direito do contribuinte quando proposta por associação constituída há pelo menos um ano, não tendo o Ministério Público legitimidade para tanto.

66. Em sede de execução fiscal a Fazenda Pública requer a citação de Tício, alegando que, por ter adquirido bens de forma ilegal de empresa falida, praticando, em tese, crime falimentar, se tornou responsável tributário pelos tributos fiscais devidos pela empresa, que se encontra em processo de falência. Acatando o pedido da Fazenda Pública, o juiz ordenou a citação de Tício.

Neste caso, Tício

- (A) é responsável tributário por transferência.
- (B) não é responsável tributário apenas por dívidas anteriores a compra de bens da empresa.
- (C) é responsável tributário, por ter agido com infração de lei.
- (D) não é responsável tributário, por não se enquadrar nas hipóteses legais que justificam a responsabilidade tributária por infração de lei, contrato ou estatuto.
- (E) só é responsável tributário pelos tributos cujos fatos geradores tenham advindo da aquisição ilegal de bens da empresa falida.

67. Diante da majoração da contribuição social sobre o lucro líquido das empresas através de decreto presidencial, para que tenha eficácia no mesmo exercício financeiro da sua publicação, é possível afirmar que é

- (A) ilegal, pois depende de medida provisória, com eficácia de 60 dias, prorrogáveis por igual período uma única vez.
- (B) inconstitucional, pois depende de lei tal majoração, ainda que tenha eficácia no mesmo exercício financeiro ao da sua publicação.
- (C) inconstitucional, pois a majoração depende de lei e só pode entrar em vigor no exercício financeiro seguinte ao da publicação da lei.
- (D) constitucional, por se tratar de tributo extrafiscal, sendo exceção aos princípios da legalidade e da anterioridade.
- (E) legal, por ser uma contribuição de intervenção no domínio econômico, admitindo alíquota majorada por decreto e vigência no mesmo exercício financeiro.

68. Sobre a tutela antecipada em matéria tributária, é correto afirmar que

- (A) terá cabimento em sede de ação anulatória de débito fiscal, com o fim de suspender a exigibilidade do crédito tributário, tal como acontece com a liminar no mandado de segurança.
- (B) terá cabimento em sede de mandado de segurança, com o fim de anular o débito tributário como forma de suspensão de sua exigibilidade, tal como a liminar em medida cautelar inominada.
- (C) não terá cabimento em sede de ação declaratória de inexistência de obrigação tributária, hipótese em que somente caberá concessão de liminar em medida cautelar preparatória ou incidental.
- (D) só terá cabimento, como causa de exclusão do crédito tributário, se ficar demonstrado o fundado receio de dano irreparável consistente em constituição do crédito tributário através de iminente auto de infração e imposição de multa.
- (E) terá cabimento para se proceder ao pagamento do tributo em mandado de segurança, quando o fisco se recusa a receber voluntariamente.

69. Determinado Estado da Federação concedeu, em 2005, isenção de ICMS pelo período de 5 anos para as indústrias automobilísticas que ali se instalassem e empregassem cinco mil funcionários. Agora, em 2008, foi publicado no Diário Oficial do Estado um decreto revogando a isenção a partir de julho de 2008, quando as indústrias enquadradas na isenção deverão passar a recolher o ICMS mensalmente. Esta medida adotada pelo Fisco Estadual é

(A) incorreta, porque a revogação de isenção, apesar de ser possível na hipótese, deve obediência ao princípio da anterioridade.

(B) incorreta, porque a isenção concedida nestas condições é irrevogável e, ainda que não fosse, dependeria de lei.

(C) incorreta, porque a isenção, por ser forma de renúncia de receita, deve ser concedida restritivamente, obedecendo-se, contudo, o princípio da anterioridade nongesimal.

(D) correta, porque somente a isenção concedida em caráter geral e por prazo determinado é irrevogável.

(E) correta, porque em razão da supremacia do interesse público deve prevalecer a arrecadação aos cofres públicos e os interesses da Fazenda Pública.

70. Determinado Município cobrou o valor do IPTU com multa, juros e correção monetária de um contribuinte, alegando mora. Contudo, o contribuinte sustenta que não pagou no prazo porque não foi notificado para pagamento do IPTU. O Município justifica que a obrigação é do contribuinte de buscar o carnê na Prefeitura, razão pela qual incorreu em mora, só recebendo o principal se estiver acrescido dos encargos daí decorrentes. Nestas condições, o contribuinte deverá

(A) pagar o imposto, acrescido de multa, juros e correção monetária, por estar efetivamente em mora.

(B) impetrar mandado de segurança para não pagar, já que não incorreu em mora, porque não foi notificado para pagar.

(C) propor ação anulatória de débito fiscal, porque não foi notificado para pagar o IPTU, logo é nulo o crédito tributário exigido pelo Município.

(D) pagar mediante protesto, por não ter sido notificado e não estar em mora, sendo o crédito nulo, ingressando posteriormente com ação para repetição de indébito.

(E) fazer consignação em pagamento judicial, diante da subordinação do recebimento ao pagamento de penalidade e encargos decorrentes da mora.

71. Em processo de Execução Fiscal, caso não sejam encontrados bens penhoráveis, apesar de devidamente citado o devedor, o juiz deverá

(A) extinguir a execução fiscal, por falta de bens que assegurem a execução.

(B) diligenciar no sentido de localizar bens penhoráveis.

(C) suspender o curso da execução, enquanto não forem localizados bens sobre os quais possa recair a penhora.

(D) decretar a disponibilidade do bem de família e determinar a penhora.

(E) ordenar o arresto de bens do executado e de sua mulher, se casado for.

DIREITO ELEITORAL

72. A respeito dos direitos políticos, é correto afirmar:

(A) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, mas não se aplicará à eleição que ocorra até um ano da data de sua vigência.

(B) Para candidatar-se a Governador de Estado, dentre outras condições de elegibilidade na forma da lei, exige-se a idade mínima de 21 anos.

(C) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo máximo de 30 dias contados da diplomação.

(D) A condenação criminal ainda não transitada em julgado implica em suspensão dos direitos políticos.

(E) A ação de impugnação de mandato, por força do princípio da transparência, não tramitará em segredo de justiça e o autor não responderá por litigância de má-fé.

73. A recusa de cumprimento de obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, acarreta

(A) somente a imposição de pena pecuniária.

(B) a cassação dos direitos políticos.

(C) a perda dos direitos políticos.

(D) a suspensão dos direitos políticos.

(E) somente a aplicação de pena privativa de liberdade.

74. A respeito do processo eleitoral, é correto afirmar:

(A) Nas eleições proporcionais, o cancelamento de registro de candidato poderá ser decretado pelo partido político ou coligação a que pertencer, independentemente de pronunciamento da Justiça Eleitoral, por tratar-se de questão *interna corporis*.

(B) O pedido de registro de candidato às eleições proporcionais só poderá ser formulado pelos órgãos de direção dos partidos políticos.

(C) Nas eleições proporcionais, se o candidato for considerado inelegível, renunciar ou falecer, após o termo final do prazo do registro, é facultado ao partido ou coligação substituí-lo até 30 dias após o fato que deu origem à substituição e até 45 dias antes do pleito.

(D) Nas eleições majoritárias, a substituição de candidato de coligação que vier a falecer após o registro de sua candidatura, pode ser feita pelos presidentes dos partidos que a compõem, não havendo preferência do partido ao qual pertencia o substituído.

(E) Se as convenções partidárias não indicarem o número máximo das vagas a que o partido tem direito, os órgãos de direção dos partidos respectivos poderão preencher as vagas remanescentes até 60 dias antes do pleito.

75. É de quatro meses o prazo de desincompatibilização, para candidatarem-se a Presidente ou Vice-Presidente da República, para os
- (A) que estejam ocupando cargo de direção em entidades representativas de classe, mantidas parcialmente por contribuições impostas pelo Poder Público.
 - (B) Presidentes, Diretores e Superintendentes de Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista e Fundações Públicas e as mantidas pelo Poder Público.
 - (C) Secretários-Gerais, os Secretários Executivos, os Secretários Nacionais, os Secretários Federais dos Ministérios e as pessoas que ocupem cargos equivalentes.
 - (D) chefes de órgãos de assessoramento direto, civil e militar, da Presidência da República.
 - (E) Magistrados, os Secretários de Estado e os membros dos Tribunais de Contas dos Estados.

76. A respeito do plebiscito e do referendo, considere as afirmações:
- I. O referendo é convocado com anterioridade a ato legislativo ou administrativo, cabendo ao povo, pelo voto, aprovar ou denegar o que lhe tenha sido submetido.
 - II. O plebiscito é convocado com posterioridade a ato legislativo ou administrativo, cumprindo ao povo a respectiva ratificação ou rejeição.
 - III. Nas questões de relevância nacional, de competência do Poder Legislativo ou do Poder Executivo, o plebiscito e o referendo são convocados mediante decreto legislativo, por proposta de um terço, no mínimo, dos membros que compõem qualquer das Casas do Congresso Nacional, na forma da lei.
 - IV. A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito realizado na mesma data e horário em cada um dos Estados, e do Congresso Nacional, por lei complementar, ouvidas as respectivas Assembléias Legislativas.

Estão corretas SOMENTE

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) I, II e IV.

77. É vedado aos agentes públicos em campanhas eleitorais para cargos do Poder Executivo, nos três meses que antecedem o pleito,
- (A) autorizar a contratação de shows artísticos com recursos públicos na realização de inaugurações.
 - (B) efetuar nomeações para cargos em comissão e designação ou dispensa de funções de confiança.
 - (C) efetuar nomeações para cargos dos Tribunais de Contas e dos órgãos da Presidência da República.
 - (D) efetuar nomeações dos aprovados em concursos públicos homologados antes de três meses da posse dos eleitos.
 - (E) transferir ou remover *ex officio* militares, policiais civis e agentes penitenciários.

78. A respeito do sistema eletrônico de votação e totalização dos votos é INCORRETO afirmar:

- (A) Na votação para as eleições proporcionais, serão computados para a legenda partidária os votos em que não seja possível a identificação do candidato, desde que o número identificador do partido tenha sido digitado corretamente.
- (B) A urna eletrônica disporá de recursos que, mediante assinatura digital, permitam o registro digital de cada voto e a identificação da urna em que foi registrado, bem como do eleitor que o registrou.
- (C) A urna eletrônica exibirá para o eleitor, primeiramente, os painéis referentes às eleições proporcionais e, em seguida, os referentes às eleições majoritárias.
- (D) A urna eletrônica, ao final da eleição, procederá à assinatura digital do arquivo de votos, com aplicação do registro de horário e do arquivo do boletim de urna, de maneira a impedir a substituição de votos e a alteração dos registros dos termos de início e término da votação.
- (E) A votação eletrônica será feita no número do candidato ou da legenda partidária, devendo o nome e a fotografia do candidato e o nome do partido ou legenda partidária aparecer no painel da urna eletrônica, com expressão designadora do cargo disputado no masculino ou feminino, conforme o caso.

79. Os partidos políticos

- (A) adquirem personalidade jurídica com o registro do estatuto no Tribunal Superior Eleitoral.
- (B) têm ação de caráter regional.
- (C) podem adotar uniforme para seus membros.
- (D) são pessoas jurídicas de direito privado.
- (E) podem receber recursos do Fundo Partidário independentemente do registro de seus estatutos no Tribunal Superior Eleitoral.

DIREITO AMBIENTAL

80. A unidade de conservação que tem por características (i) a sua implantação sobre área de domínio privado com razoável grau de extensão; e (ii) a criação de limitações sobre a utilização da terra com as finalidades de disciplinar a ocupação humana e de assegurar a conservação da biodiversidade denomina-se
- (A) área de relevante interesse ecológico.
 - (B) estação ecológica.
 - (C) reserva extrativista.
 - (D) área de proteção ambiental.
 - (E) reserva particular do patrimônio natural.

<p>81. Como regra geral, a outorga de licenciamento ambiental é providência que compete</p> <p>(A) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, que poderá delegá-la a órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, sempre que achar conveniente.</p> <p>(B) ao Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, por intermédio de suas Câmaras Técnicas, a quem compete elaborar e analisar o Estudo de Impacto Ambiental – EIA e seu respectivo relatório, quando exigíveis.</p> <p>(C) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, a quem incumbe emitir normas gerais no âmbito da competência concorrente, complementadas pelas normas específicas emitidas pelos órgãos competentes das demais esferas da federação.</p> <p>(D) ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA e aos órgãos estaduais e municipais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, de forma comum e alternativa, valendo a licença outorgada por um destes perante todos os demais.</p> <p>(E) aos órgãos estaduais integrantes do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e, em caráter supletivo, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, sem prejuízo da competência dos órgãos municipais em casos de impacto local.</p>	<p>84. Por meio do instituto da concessão florestal, o poder público outorga a particular</p> <p>(A) o direito de explorar economicamente uma floresta pública, em regime de manejo florestal sustentável, por determinado período de tempo, sujeito ao pagamento de uma contraprestação pela outorga.</p> <p>(B) o direito de explorar economicamente uma unidade de conservação, em regime sustentável, por determinado período de tempo, sujeito ao pagamento de uma contraprestação pela outorga.</p> <p>(C) a faculdade de explorar economicamente áreas de preservação permanente e reserva legal em imóveis de sua propriedade, em regime de manejo florestal sustentável, por período de tempo indeterminado, sujeito ao pagamento de uma contraprestação periódica.</p> <p>(D) o poder de fiscalizar uma floresta pública e seu entorno, por meio de termo de cooperação, com o objetivo de evitar a exploração econômica por terceiros não autorizados.</p> <p>(E) o direito real de uso sobre imóveis públicos definidos como áreas especialmente protegidas, notadamente unidades de conservação de uso sustentável, com o objetivo de permitir a ocupação e exploração sustentável dos recursos ali encontrados.</p>
<p>82. Determinada propriedade rural, situada na Amazônia Legal, possui 100.000 m² (cem mil metros quadrados) de área. Dessa área, 10.000 m² (dez mil metros quadrados) são considerados área de preservação permanente, nos termos do art. 2º do Código Florestal (Lei nº 4.771/65). Considerando estes dados, a área máxima em que será permitido ao proprietário efetuar o corte raso da vegetação é de</p> <p>(A) 10.000 m².</p> <p>(B) 20.000 m².</p> <p>(C) 40.000 m².</p> <p>(D) 50.000 m².</p> <p>(E) 90.000 m².</p>	<p>85. As sanções administrativas às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente</p> <p>(A) são previstas em lei formal, de acordo com capitulação que segue o princípio da legalidade estrita, retirando do administrador qualquer margem de discricionariedade em sua aplicação.</p> <p>(B) contemplam as figuras da reincidência específica e da reincidência genérica, que são causas de aumento das multas porventura aplicáveis.</p> <p>(C) restam desvinculadas das sanções civis e penais correspondentes aos mesmos fatos, não havendo qualquer grau de prejudicialidade entre elas.</p> <p>(D) são aplicáveis indistintamente por órgãos de quaisquer esferas da Federação, não cabendo compensação em caso de dupla aplicação de penalidade pecuniária pelo mesmo fato.</p> <p>(E) são determinadas pelo agente atuante e não poderão ser alteradas pela autoridade que lhe é superior, salvo em caso de processo administrativo instaurado a pedido do particular atuado.</p>
<p>83. NÃO está compreendido entre os objetivos da cobrança pelo uso de recursos hídricos:</p> <p>(A) dar ao usuário indicação do real valor da água.</p> <p>(B) incentivar a racionalidade no consumo de recursos hídricos.</p> <p>(C) desestimular o lançamento de esgotos nos corpos d'água.</p> <p>(D) obter recursos financeiros para programas previstos nos planos de recursos hídricos.</p> <p>(E) financiar obras de saneamento básico.</p>	<p>86. O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) é exigível em hipóteses de obras ou atividades potencialmente causadoras de</p> <p>(A) significativa degradação ambiental, conforme especificadas na Constituição federal.</p> <p>(B) significativa degradação ambiental, conforme especificadas em lei.</p> <p>(C) significativa degradação ambiental, cabendo ao órgão licenciador dispensá-lo se essa condição não se verificar.</p> <p>(D) significativa degradação ambiental, conforme definido pelo próprio empreendedor em estudos prévios ao requerimento de licenciamento.</p> <p>(E) degradação ambiental de qualquer grau e espécie, relativa a atividades previstas em resolução do CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente.</p>

87. Como regra geral, a reposição florestal é obrigatória para os empreendedores que utilizarem matéria-prima florestal oriunda de supressão de vegetação natural, salvo se
- (A) a matéria-prima tiver origem em floresta de preservação permanente.
 - (B) a matéria-prima estiver acompanhada de documento válido para transporte e armazenamento.
 - (C) o empreendedor tiver apresentado Plano de Suprimento Sustentável de matérias-primas florestais.
 - (D) o empreendedor for beneficiário de autorização de corte expedido pela autoridade competente.
 - (E) a matéria-prima for oriunda de floresta plantada.

DIREITO DO CONSUMIDOR

88. João adquire um carro zero quilômetro em certa concessionária de determinada montadora de veículos automotores. O veículo é um novo lançamento da montadora, que é muito conhecida pelos itens de conforto e segurança oferecidos em seus modelos. Ao deixar a concessionária dirigindo o seu novo veículo, João percebe que o sistema de freios não está funcionando. Logo em seguida, tenta parar o carro em uma ladeira, mas os freios falham. O carro bate violentamente em um muro e João sofre sérios danos físicos, inclusive traumatismo craniano, ficando hospitalizado por vários dias. Nesse contexto, é correto afirmar:
- (A) A concessionária é obrigada a reparar os danos físicos experimentados pelo consumidor, pois responde solidariamente com o fabricante pelos vícios de qualidade que tornam o produto imprestável para o fim a que se destina.
 - (B) A montadora pode se eximir da responsabilidade pela indenização devida ao consumidor, desde que demonstre que o sistema de freios que utiliza em seus veículos são produzidos por terceiros.
 - (C) Uma vez comprovado que o acidente decorre da falha do sistema de freios, a empresa que fornece esse equipamento para a montadora pode ser demandada pelo consumidor para reparação dos danos físicos sofridos.
 - (D) A concessionária, a montadora e o terceiro fornecedor do sistema de freios são solidariamente responsáveis pela indenização devida ao consumidor.
 - (E) A montadora poderá se eximir de responsabilidade se demonstrar que a falha no sistema de freios decorre de incompatibilidade deste produto com o projeto do carro.

89. Nos contratos que envolvam a concessão de financiamento ou outorga de crédito ao consumidor, é INCORRETO afirmar:
- (A) É nula a cláusula que preveja a perda total das prestações pagas em benefício do fornecedor que, em razão do inadimplemento, retomar o bem alienado.
 - (B) É permitida ao consumidor a liquidação antecipada do débito mediante redução proporcional dos juros, desde que efetue o pagamento integral do saldo devedor.
 - (C) A multa de mora decorrente do inadimplemento da obrigação no seu termo não poderá ser superior a 2% (dois por cento) do valor da prestação em atraso.
 - (D) O fornecedor deverá informar o consumidor, previamente, a respeito do número e periodicidade das prestações e dos acréscimos legalmente previstos.
 - (E) O consumidor tem o direito de ser informado sobre o valor total do negócio com ou sem financiamento.

Instruções: Nas questões de números 90 a 92 são apresentadas quatro proposições, que podem ser corretas ou incorretas.

Para responder a cada uma das questões, use a seguinte chave:

- (A) Somente as proposições I e II são corretas.
- (B) Somente as proposições I e IV são corretas.
- (C) Somente as proposições II e III são corretas.
- (D) Somente as proposições III e IV são corretas.
- (E) As proposições I, II, III e IV são corretas.

90. I. A publicidade enganosa é aquela que traz informação falsa, total ou parcialmente, e que tenha efetivo potencial para indução dos consumidores em erro sobre a natureza, características, qualidade, quantidade, propriedades, origem ou preço do produto ou serviço.
- II. É abusiva, dentre outras, a publicidade que seja capaz de induzir o consumidor a se comportar de forma prejudicial ou perigosa à sua saúde ou segurança.
- III. A publicidade enganosa é sempre feita em detrimento da vulnerabilidade do consumidor, de forma a induzi-lo a se comportar de maneira contrária a determinados valores sociais, como o respeito ao meio ambiente.
- IV. É enganosa a propaganda que, para destacar o efeito refrescante de uma determinada bebida dirigida ao público adulto, sugere a ocorrência de neve na Amazônia.

91. I. O produtor de produtos naturais e agropecuários não estará sujeito à disciplina do Código de Defesa do Consumidor, quando o fornecimento de seus produtos não envolver industrialização.
- II. O Código de Defesa do Consumidor pode ser aplicado nas relações entre entidades de previdência privada e seus participantes.
- III. O Código de Defesa do Consumidor pode ser aplicado nas relações entre consumidores e instituições financeiras.
- IV. A pessoa jurídica integrante da administração pública indireta não está sujeita à disciplina do Código de Defesa do Consumidor.

92. I. É legalmente permitida a inscrição de consumidores inadimplentes nos serviços de proteção ao crédito enquanto permanecer o inadimplemento, observado o prazo máximo de cinco anos.
- II. Pode ser considerada abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado.
- III. A limitação de multa de mora prevista no Código de Defesa do Consumidor não se aplica às cédulas de crédito comercial emitidas anteriormente à sua vigência.
- IV. É possível a desconsideração da pessoa jurídica sempre que sua personalidade representar obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados aos consumidores.

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

93. “Ser adolescente na adolescência nem sempre se apresenta como uma tarefa fácil, diz Winnicott. Algumas pessoas são doentes demais para atingir esse estado do desenvolvimento afetivo no momento devido, assim como algumas estruturas familiares e sociais mais abrangentes também são muito doentes para aceitar os comportamentos regressivos dos adolescentes como sinais de saúde”.

(LINS, Maria Ivone Accioly. Violência em serviços públicos de saúde mental: uma experiência clínica com adolescentes. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 83).

Com base no texto acima, é correto afirmar que, juridicamente, a fixação da adolescência corresponde a

- (A) uma ficção, por não corresponder à realidade biopsicológica e social dos adolescentes.
- (B) uma presunção relativa, que permite prova em contrário, admitindo análise casuística.
- (C) uma realidade, esteada em fatos sociais comprováveis e cientificamente certos.
- (D) uma presunção absoluta que, não admitindo prova em contrário, corrobora a realidade social e a verificação dos fatos.
- (E) ônus imposto à sociedade.

Atenção: As questões de números 94 e 95 baseiam-se no seguinte texto:

"Pode-se observar auxiliares de enfermagem, homens e mulheres muitas vezes queixosos, abatidos, mal-humorados, impacientes por serem obrigados, cada vez mais, a trocar horas de sono por plantões noturnos. 'É sempre um dinheiro a mais...'; parecem dizer. Profissionais que, no corpo a corpo com os adolescentes, cuidando da higiene, da administração de medicamentos e da disciplina, passam grande parte de seus dias entre as exigências que emanam das instâncias superiores e as extravagâncias de seus clientes desvairados."

(LINS, Maria Ivone Accioly. Violência em serviços públicos de saúde mental: uma experiência clínica com adolescentes. In: LEVISKY, David Léo (Org.). *Adolescência e violência: consequências da realidade brasileira*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000. p. 78).

94. No caso narrado acima, pode-se concluir que as condições de trabalho a que estão submetidos os auxiliares de enfermagem acarreta ofensa à obrigação de que a unidade de internação de menores

- (A) ofereça cuidados médicos, psicológicos e farmacêuticos.
- (B) ofereça atendimento personalizado, em pequenas unidades e grupos reduzidos.
- (C) preserve a identidade dos internos e ofereça ambiente de respeito e dignidade ao adolescente.
- (D) propicie atividades culturais, esportivas e de lazer.
- (E) propicie educação formal.

95. Na situação descrita, são medidas judiciais cabíveis na hipótese, EXCETO

- (A) afastamento definitivo do(s) dirigente(s).
- (B) advertência.
- (C) afastamento provisório do(s) dirigente(s).
- (D) cassação de registro.
- (E) interdição do programa.

96. Pedro, 19 anos, e Oscar, 11 anos, são irmãos germanos e viajam, com o conhecimento de seus pais, de Porto Alegre para Boa Vista de automóvel a fim de passar o mês de férias na casa dos avós. Por precaução, o percurso foi traçado de modo a se limitar ao território nacional. Pedro é o único condutor e durante a viagem deverá se hospedar com seu irmão em hotéis de cidades situadas no trajeto para descansar.

Com base nos elementos descritos é possível afirmar que a hospedagem será

- (A) concedida, pois Pedro é, na hipótese, o responsável por Oscar.
- (B) negada, pois Pedro está legalmente autorizado apenas a viajar com Oscar.
- (C) concedida, pois Pedro e Oscar são irmãos germanos.
- (D) concedida apenas se Pedro possuir autorização judicial para se hospedar com Oscar.
- (E) negada, pois em qualquer hipótese Oscar poderá se hospedar apenas em companhia dos pais.

97. O período em que os conselheiros tutelares gozam de presunção de idoneidade moral e direito a prisão especial em caso de crimes comuns está compreendido entre a

- (A) posse e o término do mandato.
- (B) inscrição da candidatura e o término do mandato.
- (C) eleição e o término do mandato.
- (D) abertura do edital de convocação das eleições e o término do mandato.
- (E) posse e a morte do conselheiro tutelar.

98. Pedro, 6 anos, é subtraído por Marcos, seu avô paterno, de sua residência habitual em Manaus, onde convive com Joana, sua mãe, e Paulo, seu padrasto. O avô o transfere, sem autorização da responsável, para território português. Pode-se dizer que Marcos estará sujeito a

- (A) multa, além da busca e apreensão da criança com base na Convenção da Haia de 1980 sobre o seqüestro internacional de crianças.
- (B) detenção de dois a seis anos e multa, além da busca e apreensão da criança com base na Convenção da Haia de 1980 sobre o seqüestro internacional de crianças.
- (C) reclusão de dois a seis anos e multa, além da busca e apreensão da criança com base na Convenção Interamericana sobre a restituição internacional de menores.
- (D) detenção de dois a seis anos e multa, além da busca e apreensão da criança com base na Convenção Interamericana sobre a restituição internacional de menores.
- (E) reclusão de dois a seis anos e multa, além da busca e apreensão da criança com base na Convenção da Haia de 1980 sobre o seqüestro internacional de crianças.

99. “Eu o amava porque o que eu queria fazer, ele consentia, e brincava comigo no chão como um menino de minha idade. Depois é que vim a saber muita coisa a seu respeito: que [meu pai] era um temperamento excitado, um nervoso, para quem a vida só tivera o seu lado amargo. A sua história, que mais tarde conheci, era a de um arrebatado pelas paixões, a de um coração sensível demais às suas mágoas”.

Considerando EXCLUSIVAMENTE o trecho acima do romance *Menino de Engenho*, de José Lins do Rego, pode-se dizer que o pai do narrador

- (A) cumpria relativamente o poder familiar, já que seu comportamento social expunha a criança a situações vexatórias, devendo ser afastado do exercício de tal poder definitivamente.
- (B) cumpria relativamente o poder familiar, já que seu comportamento social expunha a criança a situações vexatórias, devendo ser suspenso do exercício de tal poder.
- (C) cumpria o poder familiar a contento, apesar de seu comportamento social, devendo ser mantido em tal poder.
- (D) descumpria o poder familiar, apesar de seu bom comportamento social, devendo ser suspenso do exercício de tal poder.
- (E) descumpria o poder familiar, já que seu comportamento social expunha a criança a situações vexatórias, devendo ser afastado do exercício de tal poder definitivamente.

100. “Foi desta época que a cidade começou a ouvir falar nos Capitães da Areia, crianças abandonadas que viviam do furto. Nunca ninguém soube o número exato de crianças que assim viviam. Eram bem uns cem e destes mais de quarenta dormiam nas ruínas do velho trapiche. Vestidos de farrapos, sujos, semi-esfomeados, agressivos, soltando palavrões e fumando pontas de cigarro, eram, em verdade, os donos da cidade, os que a conheciam totalmente, os que totalmente a amavam, os seus poetas”.

(Jorge Amado. *Capitães da Areia*)

Na hipótese de serem presos, os Capitães da Areia seriam submetidos à identificação

- (A) dactiloscópica, por serem estranhos à comunidade local.
- (B) civil, por serem todos conhecidos na cidade, facilitando seu reconhecimento.
- (C) civil, por serem todos conhecidos na cidade e portadores de nomes e prenomes que os individualizam.
- (D) dactiloscópica, por ser impossível auferir seus nomes e prenomes verdadeiros.
- (E) compulsória, por serem todos conhecidos na cidade, facilitando seu reconhecimento.